CORRELAÇÃO ENTRE CASOS DE OBESIDADE E ÓBITOS POR OBESIDADE EM ADOLESCENTES NO BRASIL: ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DE 2018 A 2024

Giovanna Liberali Magajewski Marchesi[1], Maria Amanda Rodrigues Lira[2], Ligia Luana Freire da Silva[3], Letícia Hanna Moura da Silva Gattas Gracioli[4], Andressa Luise Matte[1], Catarina Lagasse Mayer[1], Emilly Caroline Lopes[1], Maria Eduarda Manfredini Cardoso[1]

1. Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), 2. Faculdade de Medicina de Santo Amaro, 3. Universidade Nove de Julho, 4. Faculdade Medicina de Jundiaí.

A obesidade em adolescentes tem se tornado um problema crescente de saúde pública em várias partes do mundo, incluindo o Brasil. Essa condição, caracterizada pelo acúmulo excessivo de gordura corporal, está associada a uma série de complicações de saúde, como doenças cardiovasculares, diabetes tipo 2, hipertensão e problemas ortopédicos. O objetivo deste estudo foi analisar a correlação entre os casos de obesidade e os óbitos por obesidade entre adolescentes no Brasil, utilizando dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) de 2018 a 2024. O presente estudo trata-se de um estudo epidemiológico ecológico, descritivo, transversal e retrospectivo. Os dados foram coletados a respeito dos casos novos notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), os quais encontram-se disponíveis no banco de dados online do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). No período analisado houveram 345 casos de obesidade em adolescentes no Brasil. A distribuição da morbidade regional da obesidade se deu: Região Norte: 2 (0,09%), Região Nordeste: 26 (1,10%), Região Sudeste: 118 (5,01%), Região Sul: 192 (8,14%), Região Centro-Oeste: 7 (0,30%). A distribuição anual dos casos foi: 2018: 1 (0,04%), 2019: 147 (6,24%), 2020: 38 (1,61%), 2021: 24 (1,02%), 2022: 45 (1,91%), 2023: 35 (1,48%), 2024: 55 (2,33%). Os óbitos devido à obesidade foram 97. A distribuição regional dos óbitos se deu: Região Norte: 8 (0,34%), Região Nordeste: 27 (1,14%), Região Sudeste: 36 (1,53%), Região Sul: 18 (0,76%), Região Centro-Oeste: 8 (0,34%). A distribuição anual dos casos se deu: 2018: 10 (0,42%), 2019: 10 (0,42%), 2020: 17 (0,72%), 2021: 18 (0,76%), 2022: 23 (0,97%), 2023: 19 (0,81%). A correlação negativa fraca entre os casos de obesidade e os óbitos por obesidade em adolescentes no Brasil (-0,24) sugere que, embora os casos de obesidade tenham aumentado, os óbitos não acompanharam esse crescimento de maneira proporcional. Esse resultado pode ser influenciado por fatores como melhorias no acesso ao tratamento e qualidade dos cuidados de saúde, além de variações regionais e possíveis falhas na notificação de dados. É fundamental continuar investindo em políticas de prevenção e tratamento da obesidade, visando reduzir tanto a prevalência da condição quanto as complicações associadas, como as mortes.

Área: Adolescência
PORTO ALEGRE/RS

SAÚDE MENTAL E QUALIDADE DE VIDA DOS ADOLESCENTES PORTADORES DE DOENÇAS CRÔNICAS

Isadora Duarte[1], Katlyn Schmidt[1], Romulo Silveira[1]

1. Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).

A adolescência é um período de intensas mudanças e vulnerabilidades, e o diagnóstico de uma doença crônica pode intensificar esse cenário, gerando estresse adicional. Isso impacta negativamente a autoestima, os vínculos sociais e a qualidade de vida do adolescente, devido às demandas do tratamento e possíveis internações. Analisar o impacto das doenças crônicas na saúde mental dos adolescentes, destacando os seus efeitos no âmbito socio-emocional. Trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter exploratório, cujo objetivo foi reunir, analisar e sintetizar a produção científica relacionada ao impacto das doenças crônicas na saúde mental de adolescentes. A busca por artigos foi realizada nas bases de dados Google Acadêmico, PubMed, UpToDate e SciELO utilizando os seguintes descritores: "adolescência", "saúde mental", "doenças crônicas" e "qualidade de vida", combinados com operadores booleanos (AND, OR). Foram incluídos estudos publicados entre 2002 e 2025, redigidos em português, inglês ou espanhol, que abordassem a relação entre condições crônicas e saúde mental nos adolescentes. Os estudos analisados mostram, de forma consistente, que adolescentes com doenças crônicas tendem a apresentar pior qualidade de vida e bem-estar psicológico, especialmente quando enfrentam sintomas depressivos e dificuldades emocionais. A depressão, em particular, está associada a pior controle da doença, menor adesão ao tratamento, mais hospitalizações e queda progressiva na qualidade de vida. Além disso, altos níveis de ruminação, depressão e uso excessivo da internet estão ligados à menor satisfação com a vida e maior percepção da carga da doença. Outros estudos também apontam alta prevalência de transtornos mentais comuns nessa população, afetando negativamente sua vida escolar e social. No geral, os fatores emocionais são determinantes para pior adaptação e percepção de saúde entre adolescentes com condições crônicas. Destarte, conclui-se que sintomas depressivos e padrões cognitivo-comportamentais disfuncionais impactam diretamente a qualidade de vida, o tratamento e o funcionamento psicossocial de adolescentes com doenças crônicas. Esses fatores exigem avaliações de saúde mental regulares e intervenções precoces, com suporte psicológico, educação emocional e estratégias de autocuidado. Programas que reduzam a ruminação, promovam pensamentos saudáveis e regulem o uso da internet, aliados ao acompanhamento médico, podem melhorar significativamente o bem-estar desses jovens.

Área: Adolescência
PORTO ALEGRE/RS

SÍNDROME DE GRADENIGO NA ADOLESCÊNCIA: O RISCO OCULTO QUANDO A OTITE MÉDIA COMPLICA

Ananda Rubin Teixeira[1], Priscila Coelho Amaral[1], Sofia Augustin Rota[1], Lilian Day Hagel[1], Sérgio Dório de Carvalho[1]

1. Grupo Hospitalar Conceição (GHC).

A síndrome de Gradenigo é uma condição rara definida pela tríade: otite média, dor facial (nervo trigêmeo) e paralisia do nervo abducente (VI par craniano). Decorre pela disseminação de uma infecção bacteriana localizada inicialmente no ouvido médio para o ápice petroso do osso temporal (petrosite), processo que pode evoluir com abscessos ou inflamação nas regiões ao redor do nervo abducente, comprometendo sua função. Paciente masculino, 12 anos, iniciou com cefaleia e otalgia à esquerda. Após uso de azitromicina, evoluiu com edema e secreção ocular bilateral, sendo internado para antibioticoterapia (ceftriaxona e clindamicina). Devido à progressão dos sintomas com edema periorbital e drenagem purulenta abundante, o esquema foi escalonado para piperacilina-tazobactam e instalado tubo de ventilação em membrana timpânica esquerda. Após estabilização em unidade de terapia intensiva e alta após três semanas de internação, retornou edema ocular à esquerda, associado à diplopia, tontura e otalgia ipsilateral. A tomografia computadorizada (TC) de crânio revelou velamento das células da mastoide e edema palpebral. Reinternou para uso de vancomicina e meropenem. Manteve dor frontal intensa, diplopia e estrabismo convergente, foi transferido para hospital terciário com nova investigação por imagem com sinais de petrosite associada a provável trombose de seio cavernoso e veias oftálmicas, secundárias à mastoidite. Realizado tratamento com vancomicina, meropenem e corticoterapia com melhora do quadro. A síndrome de Gradenigo é uma complicação rara da otite média aguda. O quadro clínico inclui dor retro-orbital, paralisia do nervo abducente e otorreia. Porém, a tríade clássica não é obrigatória. Os principais patógenos envolvidos são Pseudomonas aeruginosa e *Streptococcus pneumoniae* e o tratamento consiste em antibioticoterapia intravenosa de amplo espectro. No caso descrito, o paciente evoluiu com progressão dos sintomas mesmo sob antibioticoterapia. A TC de mastoides e órbita foi fundamental para identificar a extensão da infecção e o envolvimento de estruturas adjacentes (seio cavernoso), sendo determinante para o escalonamento terapêutico. A síndrome de Gradenigo exige identificação precoce, devido ao risco de sequelas e complicações graves. É importante suspeitar da síndrome em pacientes que apresentem sintomas neurológicos e histórico recente de infecções otológicas, para rápida intervenção e redução da morbimortalidade.

Área: Adolescência
PORTO ALEGRE/RS

TEMPO DE TELA E IMAGEM CORPORAL EM ADOLESCENTES: UM ESTUDO TRANSVERSAL A PARTIR DA PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE DO ESCOLAR (PENSE) DE 2019

Carolina Altmayer Bueno de Camargo[1], Camila Ospina Ayala[1], Vinícius da Silva Lessa De Oliveira[1], Roberta Vezzani Diebold[1], Matheus Odillon Paranhos[1], Marina Zanette Peuckert[1], Caroline Abud Drumond Costa[1]

1. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

A exposição excessiva a telas por adolescentes é uma preocupação crescente em saúde pública. Aproximadamente metade desse grupo ultrapassa duas horas diárias de uso. Esse comportamento tem sido associado a processos de comparação social e internalização de padrões corporais idealizados, com potencial impacto negativo sobre a imagem corporal, construto multidimensional que engloba percepções e sentimentos sobre o próprio corpo. Analisar a associação entre o tempo de uso de telas e a satisfação com a imagem corporal em adolescentes no Brasil. Estudo transversal com dados secundários da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) de 2019. O desfecho principal foi a satisfação com a imagem corporal, categorizada em satisfeito (muito satisfeito, satisfeito e indiferente) e insatisfeito (insatisfeito e muito insatisfeito). A exposição principal foi o tempo de tela em dias de semana, categorizado em adequado (1-2 horas/dia), excessivo (2-4 horas/dia) e muito excessivo (>4 horas/dia). As análises foram estratificadas por sexo e seguiram modelo hierárquico de três níveis, com regressão de Poisson e variância robusta para estimação de razões de prevalência (RP) e intervalos de confiança de 95% (IC95%), incorporando os pesos da amostra complexa. Foram incluídos 158.389 adolescentes, residentes em áreas urbanas (92%), matriculados em escolas públicas (85%) e com idade entre 13 e 15 anos (51%). O tempo de tela superior a quatro horas diárias foi relatado por 42% das meninas e 39% dos meninos. A insatisfação com a imagem corporal foi mais prevalente entre meninas (29%) do que entre meninos (12%). O uso de telas por 2 a 4 horas diárias associou-se à maior prevalência de insatisfação corporal nas meninas (RP=1,28, IC95% 1,26 a 1,30, p8239,<0,001) do que nos meninos (RP=1,09, IC95% 0,91 a 1,30, p8239,=0,335). Já o uso superior a quatro horas diárias esteve associado à maior prevalência em ambos os sexos (meninas: RP=1,41, IC95% 1,38-1,43, p8239,<0,001, meninos: RP=1,25, IC95% 1,38-1,43, p8239,=0,010). As associações mantiveram-se após ajustes hierárquicos por fatores sociodemográficos, comportamentais e de saúde mental. Maiores tempos de exposição a telas estiveram associados à maior prevalência de insatisfação com a imagem corporal em adolescentes brasileiros em ambos os sexos. Os resultados apontam para a importância de intervenções de saúde pública que integrem o monitoramento do tempo de tela ao fortalecimento da saúde mental e da autoestima na adolescência.

Área: Adolescência
PORTO ALEGRE/RS

TEMPO DE TELA, USO DE REDES SOCIAIS E SINTOMAS DE ANSIEDADE E DEPRESSÃO EM ADOLESCENTES: REVISÃO SISTEMÁTICA

Amanda Mello Alves[1], Ana Luiza Scortegagna[1], Aliesca Sitta Bertoldi[1], Laís Fernanda Segala de Oliveira [1], Renan Santos de Souza[1], Luana Wolff Lopes[1], Luciana Veronese Corazza[1]

1. Universidade de Passo Fundo (UPF).

Após a pandemia de COVID-19, o uso de telas e redes sociais tornou-se central no cotidiano dos adolescentes. Por se tratar de fase de intenso desenvolvimento socioafetivo e cognitivo, a exposição excessiva tem sido associada a sintomas de ansiedade e depressão, com padrões distintos entre uso passivo e interativo. Persistem divergências sobre o impacto dessa relação, justificando a síntese atualizada. Analisar a associação entre uso de telas/redes sociais e sintomas de ansiedade e depressão em adolescentes (10–19 anos) e seus moderadores. Revisão sistemática conforme PRISMA 2020, com busca em PubMed, LILACS e Cochrane Library, usando descritores MeSH/DeCS e termos livres ´Screen Time´, ´Social Media´, ´Depression´, ´Anxiety´, ´Adolescent´ combinados por operadores booleanos. Incluíram-se estudos originais em português, inglês ou espanhol (2021–2026). Excluíram-se revisões, editoriais, protocolos e duplicados. Triagem e extração por dois revisores independentes, com consenso em caso de divergência. Identificados 306 artigos (PubMed=300, LILACS=4, Cochrane=2), sendo 47 incluídos. Os 47 estudos reuniram cerca de 237 mil participantes (mediana 994). Predominaram delineamentos transversais (60%) e longitudinais/coortes (36%), além de 1 ensaio clínico randomizado (ECR), conduzidos principalmente nos Estados Unidos, China, Brasil e Canadá. As exposições mais avaliadas foram redes sociais (n=25) e tempo total de tela (n=20), enquanto os instrumentos mais empregados foram PHQ-9, GAD-7, SCARED e DASS-21. Dos 47, 31 (66%) apontaram associação positiva entre maior exposição e sintomas ansioso/depressivos, com ponto de inflexão descrito entre 2 a 4 horas diárias. O presente estudo identificou os moderadores consistentes como sexo feminino, uso passivo e pior qualidade do sono. Além disso, obteve como limitações o predomínio de transversais, heterogeneidade dos instrumentos e sobrerrepresentação de amostras asiáticas e norte-americanas. Portanto, há associação positiva, porém modesta, entre exposição elevada a telas e sintomas de ansiedade e depressão em adolescentes. Mais do que o tempo total, pesam o padrão de uso, o conteúdo consumido e vulnerabilidades individuais, sustentando a incorporação da triagem do uso de telas na consulta pediátrica do adolescente.

Área: Adolescência
PASSO FUNDO/RS

TENDÊNCIA DAS INTERNAÇÕES POR TRANSTORNOS MENTAIS E COMPORTAMENTAIS EM ADOLESCENTES NO RIO GRANDE DO SUL DURANTE E APÓS A PANDEMIA DE COVID-19 (2020–2025): ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA

Gabriella Tomasi Dal Ponte[1], Isadora Luisa Duarte da rocha[1], Nataly Bonho Dal Toé[1], Josimara Luiza Parise[1], Larissa Amandio Dias[1], Marianne Schrader de Oliveira[1], Júlia Pinto Marques[1], Izabel Cristina Lemes Schneider[1], Flávia Vasconcellos Peixoto[1], Cristiano do Amaral De Leon[1]

1. Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).

Os transtornos mentais e comportamentais em adolescentes constituem um importante problema de saúde pública, com impacto no desenvolvimento psicossocial e na qualidade de vida. Evidências indicam aumento desses agravos durante a pandemia de COVID-19, associado ao isolamento social, interrupção das atividades escolares e estresse psicossocial. A análise das internações hospitalares permite identificar tendências e subsidiar o planejamento em saúde mental. Analisar a tendência das internações por transtornos mentais e comportamentais em adolescentes de 10 a 19 anos no Rio Grande do Sul, entre 2020 e 2025. Estudo epidemiológico, descritivo, com abordagem quantitativa, realizado com dados secundários do DATASUS, por meio do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS). Foram analisadas internações por transtornos mentais e comportamentais (CID-10, Capítulo V) em adolescentes de 10 a 19 anos, estratificados em 10–14 e 15–19 anos, residentes no estado, entre 2020 e 2025. Foram registradas 23.142 internações no período, com predomínio da faixa etária de 15–19 anos (73,0%), em comparação a 10–14 anos (27,0%). Observou-se aumento entre 2020 (3.826) e 2022 (4.241), seguido de redução em 2023 (3.992) e 2024 (3.550), com discreta elevação em 2025 (3.611), sem retorno aos níveis iniciais. A análise por faixa etária evidenciou maior magnitude no grupo de 15–19 anos, responsável pelo pico em 2022 (3.127), enquanto o grupo de 10–14 anos apresentou crescimento até 2022, seguido de estabilização. Observou-se predomínio do sexo feminino (53,8%), em comparação ao masculino (46,2%). Quanto à distribuição geográfica, destacou-se a concentração das internações na capital Porto Alegre, responsável por 26,0% dos casos (5.948). As internações por transtornos mentais e comportamentais em adolescentes aumentaram durante o período pandêmico, com pico em 2022 e redução parcial posterior, sem retorno aos níveis iniciais. Os achados sugerem maior vulnerabilidade de adolescentes mais velhos e do sexo feminino, além de concentração dos atendimentos em centros urbanos. Os achados evidenciam o impacto expressivo de crises sanitárias na saúde mental juvenil e ressaltam a urgência de fortalecer e ampliar a rede de atenção psicossocial, com foco na prevenção, no cuidado precoce e na garantia de acesso equitativo aos serviços, visando reduzir agravos e desfechos graves.

Área: Adolescência
PORTO ALEGRE /RS